

## ENTRE O PASSADO E O FUTURO: A UTOPIA REPUBLICANA DE JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS NAS PÁGINAS DE *O JEQUITINHONHA* (1860-1872)

*Data de aceite: 01/08/2024*

**Luciano da Silva Moreira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Minas Gerais  
Campus Ibirité  
<http://lattes.cnpq.br/8603430153702938>

BETWEEN THE PAST AND THE  
FUTURE: THE REPUBLICAN  
UTOPIA OF JOAQUIM FELÍCIO  
DOS SANTOS IN THE PAGES OF *O  
JEQUITINHONHA* (1860-1872)

**RESUMO:** Este artigo trata do pensamento utópico presente na obra de Joaquim Felício dos Santos, advogado, professor, jornalista, parlamentar e jurista mineiro atuante na segunda metade do século XIX. Seus textos, publicados inicialmente no jornal *O Jequitinhonha*, foram fundamentais para a propaganda republicana na década de 1860. Ademais, o republicanismo difundido na Província de Minas Gerais por Joaquim Felício dos Santos contribuiu para a dessacralização da figura do monarca, criticando, simultaneamente, o *status quo* imperial. Em contrapartida, Santos propôs um idealizado “governo do futuro”, igualitário e justo, conforme o seu horizonte de expectativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa;  
Pensamento Utópico; Republicanismo,  
Império do Brasil

**ABSTRACT:** This paper is about the utopian thought present in the work of Joaquim Felício dos Santos, lawyer, teacher, journalist, member of parliament, jurist from Minas Gerais who lived in the second half of the 19th century. His writings were initially published in *O Jequitinhonha* and were fundamental to republican propaganda in the 1860's. Moreover, the republicanism disseminated in the Province of Minas Gerais by Joaquim Felício dos Santos contributed to desacralize the figure of the monarch and at the same time criticize the *status quo* of the empire. On the other hand, dos Santos proposed an ideal “future government”, which, according to his expectations, would be egalitarian and fair.

**KEYWORDS:** Press; Utopian Thought;  
Republicanism, Brazilian Empire

Por uma singular viragem da história, aquele que olhava para o passado parece que abriu as portas do futuro.

Louis Althusser. *Montesquieu: a política e a história*.

O serrano Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) destacou-se como um dos mais combativos republicanos mineiros durante o Império do Brasil. De família abastada, pôde realizar o curso superior em São Paulo, formando-se bacharel em Direito em 1850. Regressando à Província de Minas Gerais, dedicou-se ao ensino e à carreira jurídica na cidade Diamantina. Em 1860, influenciado pela efervescência política do momento, iniciou a publicação de *O Jequitinhonha*, folha política e literária que propagava os ideais do Federalismo e da República, criticando, em contrapartida, a monarquia então em vigor. Nas páginas deste periódico, o misto de bacharel e professor passava lições sobre a história regional com a célebre seção “Distrito Diamantino”. Entretanto, outra parte, principiada em 1862, destacou-se nas folhas de *O Jequitinhonha*. Tratava-se, também, de páginas escritas por um pretense historiador. Contudo, não era de uma história do passado que aquela outra seção informava, mas de uma “história do futuro”: eram as “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000” (EULÁLIO, 1976: 90).

Analisaremos essas “Páginas”, enfocando o pensamento utópico de Joaquim Felício dos Santos. Em vista disso, indagamos junto com Miguel Abensour: “sabem ainda nossos contemporâneos ler as utopias?” (ABENSOUR, 1990: 75)<sup>1</sup> Saberemos, pois, decifrar a história escrita por um historiador do porvir? Assim, pela dimensão deste capítulo, apontaremos os elementos que se destacam no texto daquele pensador da Comarca do Serro, sobretudo as ideias de progresso, federalismo e república, enfatizando os seus anseios e as propostas para um outro mundo e sua peculiar visão da história.

## **O JEQUITINHONHA E AS MEMÓRIAS DO DISTRITO DIAMANTINO**

Em 1860, o liberal histórico Teófilo Benedito Otoni retornava à vida política, pleiteando uma vaga para o Senado. Para tanto, como a política também era combatida pelas trincheiras impressas, o notório serrano publicou suas *Circulares aos eleitores de senadores de Minas Gerais*. Nesse momento, a imagem do empreendedor mineiro encantou os habitantes da Comarca do Serro, incitando seu conterrâneo Joaquim Felício dos Santos, auxiliado pelo experimentado impressor Geraldo Pacheco de Melo, a publicar um periódico. Entretanto, o antigo impressor, conhecido por construir uma prensa tipográfica no arraial de Itambé, não produziu um prelo como o fizera nos idos das Regências ao publicar o *Liberal do Serro*, mas editou o periódico na antiga prensa trazida pelo próprio Otoni, em 1830, simbolizando a retomada de um liberalismo radical na Província. Desse modo, a máquina que publicou a *Sentinela do Serro* no final do Primeiro Reinado, no ano de 1860, fez vir a lume *O Jequitinhonha* (MOREIRA, 2013: 72).

---

<sup>1</sup> Sobre o pensamento utópico, ver também: BERLIN, 1991; JACOBY, 2007; JASMIN, 2008.

Folha de caráter liberal, *O Jequitinhonha* mantinha uma postura crítica com relação ao poder moderador. Além dos editoriais políticos, passou a contar, em janeiro de 1861, com a seção “Distrito Diamantino”, na qual era apresentada a história da região, divulgando imagem autoritária da ação metropolitana no Arraial do Tijuco. Nessa seção, posteriormente publicada no livro *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), o autor apresentava o processo de dominação da Comarca do Serro do Frio desde os tempos da descoberta do ouro, ressaltando os desmandos da administração colonial e sua relação com o absolutismo monárquico. Abuso e opressão são termos recorrentes nessa obra, indicando o objetivo principal do autor: minar o prestígio do sistema monárquico do Brasil, destituindo-o de seu passado de glória e “civilização”. Palavras como “desleixo e devassidão”, por exemplo, são qualificativos com os quais Joaquim Felício dos Santos pintava D. João V. No mesmo sentido, apresentava o perfil do principal ministro português, o Marquês de Pombal, como “déspota sanguinário, violento reformador, orgulhoso, interesseiro, vingativo” (SANTOS, 1976: 90).

Assim, Joaquim Felício dos Santos expõe a história do Brasil como uma sucessão de abusos por parte da coroa portuguesa, agravados pelos desmandos da administração colonial “muitas vezes espúrias” (SANTOS, 1976: 109). Para ele, o passado de sofrimento deveria ser suplantado por meio de uma nova forma de governo, teoricamente mais afeita ao solo americano. Ao apresentar esse quadro histórico, Santos também pensava no futuro, e seu horizonte de expectativa pressupunha a forma republicana, o autogoverno e a federação como elementos fundamentais para o progresso social. Aliás, esse progresso também estava ligado às inovações tecnológicas, factível por intermédio de indústrias e máquinas. Portanto, em sua obra, a modernidade republicana corroeria a tradição monárquica.

Joaquim Felício dos Santos contrapunha-se, assim, às interpretações de Francisco Adolfo de Varnhagen que, ao defender um Brasil português, justificava o rigor da antiga Metrópole com a *raison d’État*, à qual o Império devia a sua grandeza e integridade territorial (REIS, 2002: 23-50). A oposição a Varnhagen está evidente em trecho de *Memórias do Distrito Diamantino*, no qual Santos criticava o capítulo da *História Geral do Brasil* sobre a metalurgia no território luso-brasileiro. Conforme o escritor serrano, Varnhagen esforçou-se “por deprimir os trabalhos de Câmara [intendente encarregado da fundição de ferro no Morro do Pilar, em Minas Gerais] para fazer sobressair o mérito do fundador da do Ipanema [pai do próprio Varnhagen]” (SANTOS, 1976: 217).<sup>2</sup>

Nos primeiros anos do periódico diamantinense, o passado, marcado pelas arbitrariedades do poder metropolitano no “Distrito Diamantino”, foi evocado para se compreender a situação política do Brasil dos Oitocentos. Nesse sentido, ao mostrar a importância das municipalidades na Colônia, Felício dos Santos afirmava que “é fato incontestável, na história dos povos, a grande influência que os municípios exerceram

<sup>2</sup> O trecho diz respeito ao intendente Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1762-1835).

no desenvolvimento da civilização moderna”. Para o escritor serrano, as instituições locais eram o foco da liberdade nas “lutas contra o despotismo”( SANTOS, 1976: 109), aproximando-se da proposição de Alexis de Tocqueville de que: “é, entretanto, na comuna que reside a força dos povos livres. As instituições municipais estão para a liberdade como as escolas primárias estão para a ciência: põem-na ao alcance do povo”( TOCQUEVILLE, 1973: 202).

Cabe enfatizar que *O Jequitinhonha* foi bastante atuante no debate político, principalmente com a afirmação do republicanismo em Minas Gerais. Ademais, pelo seu nome também podemos perceber a importância daquilo que o próprio redator chamou de “bairrismo”, indicando uma aceitação otimista do federalismo. Por meio de *O Jequitinhonha*, Felício dos Santos inseria-se no intenso debate que envolveu pessoas como Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875).

Tavares Bastos foi autor de *A Província*, obra publicada em 1870 que procurava defender a federalização do Brasil, propondo certa autonomia às províncias. Certamente, *A Província* foi dos principais instrumentos de pregação do ideal federalista nos debates entre centralização-descentralização que tomaram o Oitocentos brasileiros. Nessa obra, Tavares Bastos apresentava as bases que levariam à maior liberdade civil e política, cujo objetivo último era o *self-government*. O modelo de suas formulações eram os Estados Unidos da América, sob o prisma de Alexis de Tocqueville e Stuart Mill, sobretudo uma visão da descentralização entendida como condição para a liberdade (BASTOS, 1937: 23).

## UTOPISMO EM O JEQUITINHONHA

Ao engrossar as fileiras do federalismo, diferente da argumentação teórica de Tavares Bastos, Joaquim Felício dos Santos lançou mão do artifício da ficção especulativa. Assim, após 1862, a pena de Joaquim Felício dos Santos projetou-se decididamente para o futuro, tecendo uma crítica à sociedade escravista e ao governo imperial. Entre os anos de 1862 e 1872, Felício dos Santos publicou, como folhetim de *O Jequitinhonha*, as “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000”.<sup>3</sup> Nessas “Páginas”, Felício dos Santos idealiza uma pretensa república brasileira do futuro, onde os cidadãos não seriam tratados de maneira desigual e a riqueza não seria um elemento de qualificação para a liberdade. Aliás, de acordo com o texto, haverá uma igualdade essencial garantidora do regime. Entretanto, antes de principiarmos os ideais presentes naquela “História do Brasil”, enfatizamos que a característica marcante dessa utopia republicana é o recurso *temporal*. Não se trata, por conseguinte, de um outro *lugar*, mas de um outro *tempo*.

O artifício da especulação temporal foi utilizado, no século XVII, pelo padre Antonio Vieira em sua *História do Futuro*. O célebre jesuíta pretendia mostrar a “história” de

---

3 Para o presente estudo, além dos exemplares disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, utilizamos os excertos das “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000” publicados na *Revista do Livro*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, n. 6, p. 109-160, Ano II, 1957.

um mundo com “Leys novas, governos novos, costumes novos, gentes novas, tempos novos...” Para tanto, Vieira advertia o leitor: “ouvirá o Mundo que nunca vio, lerá o que nunca ouviu, admirará o que nunca leo”. Todavia, o inaciano redigiu sua história do porvir com vistas a maior glorificar a religião cristã e o restaurado Estado português, encarnando a profética Quinta Monarquia (VIEYRA, 1718).<sup>4</sup> Neste sentido, o Império idealizado por Vieira é o resultado da Providência Divina, justificado por intermédio dos textos bíblicos, diferindo-se das obras de caráter utópico. Estas pressupõem o futuro como resultado da ação humana no processo histórico, como se infere dos textos que associamos a uma matriz de pensamento oriunda de Thomas More.

A ideia de *Utopia*, como formulada por More, caracterizava-se pela busca de um lugar diverso. Este seria um espaço distinto, uma terra imaginária, onde os homens estariam sujeitos a outras situações, mormente marcadas pela justiça social e pelo melhoramento das instituições civis. De acordo com Miguel Abensour, o termo *utopia*, que significa “lugar de nenhuma parte”, pode ter outras variantes, como a *eutopia*, isto é, “lugar da felicidade, onde está tudo bem”. A *udetopia*, que pode ser entendida como o “lugar de nenhum tempo” na formulação de Abensour, caracteriza-se pela imaginação de um outro futuro, melhor e feliz conforme seus idealizadores (ABENSOUR, 1990). Esta concepção “udetópica” foi trabalhada por homens de letras como Louis-Sebastien Mercier (1740-1814) e William Morris (1834-1896).

Mercier, em *L’an deux mille quatre cent quarante, rêvez s’il en fût jamais* (O ano de 2440: nada mais que um sonho), concebeu uma fantasia utópica na qual um homem adormece na Paris de 1771 e acorda no remoto ano de 2440. O homem, que não é identificado, percorre as ruas da nova Paris e depara-se com algumas situações que indicam um futuro onde o absolutismo não mais existe. Ao final do livro, a personagem acorda novamente. Porém, desta vez, o indivíduo percebe que ainda está no mesmo ano em que havia adormecido, mostrando que tudo não passou de um sonho (MERCIER, 1998: 317-351). A obra de Mercier pode ser considerada um *best-seller* de seu tempo, repercutindo no século XIX, como mostra uma especulação sobre a possível população humana em 2445, descrita numa folhinha de algibeira para o ano de 1849:

Debaixo do titulo do anno de 2440 Mercier, o autor do mappa de Paris, publicou em 1784 um livro original, em que increpava de um modo satyrico os abusos do seu tempo, e predizia reformas. (...) Tomando por alvo, pouco mais ou menos, o mesmo período, porque pouco importão cinco annos de differença, quando se trata de seis séculos, nós temos um fim differente. Sem querer fazer a satyra do nosso estado social, sem pretender adivinhar os melhoramentos políticos que o futuro nos reserva, nós nos propomos a examinar (...) se a população europea poderá daqui a seiscentos annos, isto é, no anno 2445, achar meios de subsistência (FOLHINHA, 1848: 109).<sup>5</sup>

4 Para um estudo sobre a concepção de história e de futuro em Vieira, ver: MANDUCO, 2005: 246-260.

5 Para um estudo sobre a repercussão de Mercier na América Portuguesa, ver: ALMEIDA, 2008: 329-350.

Para o autor do trecho citado, não lhe interessava a sátira social ou “os abusos de seu tempo”, mas a sobrevivência humana num futuro distante, talvez ainda caracterizado pelas projeções negativas de Malthus. Interessa-nos, no entanto, a leitura de Mercier pelos brasileiros. Um artigo comunicado de *O Universal*, folha publicada em Ouro Preto entre 1825 e 1842, referenciava as “Reflexões contra a mania dos postos e honras mal adquiridas”:

“Diz Mercier, no seu sonho ou anno 2440, a respeito de certos nobres, entre outras muitas cousas boas: - Nós conhecemos a nobreza dos sentimentos, ou dos pensamentos, a dos discursos, a das acções, sobre tudo a nobreza do character; mas quanto à nobreza de pergaminho, quanto a estes homens altivos e preguiçosos que vinhão dizer-vos: eu tenho tantos avós, - nós o repudiamos” (UNIVERSAL (O), 29/06/1831).

Também no campo das “udetopias” encontra-se a obra do inglês William Morris: *News from Nowhere* (Notícias de Lugar Nenhum). Nota-se, evidentemente, que o romance de Morris é uma homenagem a More: a ilha de *Utopia*. O autor inglês noticia-nos uma nova Inglaterra no ano de 2102, marcada pela revolução socialista. Diferentemente dos socialistas “utópicos”, como Owen e Fourier, Morris pensa a transição para o socialismo de maneira violenta: o massacre de Trafalgar Square. Após o processo revolucionário, o socialismo venceria, abrindo espaço para uma sociedade igualitária, livre e solidária. Entretanto, ao longo do texto, há uma permanente tensão, indicando que tudo aquilo pode desmoronar. Porém, diferente de Mercier, o Lugar Nenhum pode não ser apenas um sonho, mas uma visão alcançável (MORRIS, 2002).

Tal como a obra de Morris, nas “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000” o “*Nowhere* é algo que não existe em ‘lugar nenhum’ *ainda*, mas que existirá, talvez, no futuro” (KONDER; LÖWY, 2002: 17). Assim, como exemplificado pelas obras citadas, as “Páginas da história do Brasil escrita no ano de 2000” podem ser tomadas como uma *udetopia*. Todavia, o sonho de Joaquim Felício dos Santos não envolvia um porvir socialista, mas um Brasil republicano, federativo e tecnológico.

Mais utópicas do que proféticas, as “Páginas da História do Brasil” surgiram como uma anedota publicada em *O Jequitinhonha* sobre a obra grandiosa de certo Dr. Jeremias que, em 2862, escreveu uma *História do Brasil* composta por “162 grossos volumes in-folio” (JEQUITINHONHA (O), 22/11/1862). Nesta fase do periódico diamantinense (1862-1864), as “Páginas” resumem-se a criticar a vida política de então, numa transcrição imaginária da narrativa daquele “livro do futuro”. Cabe ressaltar que essa estratégia literária já havia sido praticada por Justiniano José da Rocha, quando escreveu uma edição de *O Brasil* com supostas notícias de 1943. Dentre as “notícias” do futuro, Rocha destacava a publicação anônima de uma “História do Brasil”, que apresentava um país do porvir em que “todas as instituições se desenvolvem, a prosperidade publica augmenta”, mostrando “a influencia do systema [monárquico] brasileiro” (BRASIL (O), 02/07/1843)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Sobre a existência dessa obra, ver: EULÁLIO, 1957: 108.

Diferente do elogio à monarquia redigido por Justiniano José da Rocha, as “Páginas” escritas por Joaquim Felício dos Santos apresentam um conjunto de crônicas em que se criticava “O Segundo Reinado de Bragança”, discutindo a centralização, os ministérios e os conflitos com os países platinos. A fim de legitimar sua crítica, Felício dos Santos recorreu ao suposto olhar imparcial do historiador, representação da História corrente no século XIX que se fundamentava nos documentos históricos:

Todos os fatos importantes ocorridos nesse espaço de tempo [1362 anos] aí são relatados com toda a imparcialidade. (...) Para dar uma idéia desta obra, vou abrir ao acaso um de seus volumes, e transcrever algum trecho. Deparei com o volume 94º, abri à pág. 2680. Eis um capítulo; é o MMMMDXCVI; tem por título – “O Segundo Reinado de Bragança – Pedro II”. (...) Pedro II subira o trono pisando a Constituição: os homens políticos enxergaram neste fato mau agouro para o futuro; previram que ela não havia de ser respeitada, e, desgraçadamente, seus pressentimentos não falharam (JEQUITINHONHA(O), 22/11/1862, grifo nosso).

A crítica continua ao atacar, em suas palavras, a venalidade da Justiça, a inépcia do Senado e o despotismo do Governo. O tom direto e sarcástico assinala o folhetim, que não poupava a ostentação da Corte, com “obras puramente de luxo, que só serviam para embelezar a capital” (SANTOS, 1957: 113). Aliás, essa tônica ferina permeia todo o periódico, conferindo ao redator, reconhecido por sua postura combativa na arena impressa, prestígio para concorrer à vaga na Câmara temporária. Ademais, esse caráter aguerrido acabou valendo a Joaquim Felício dos Santos oposições na Corte que persistiriam durante boa parte de sua vida.

Porém, ao assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, na legislatura de 1864-1866, Joaquim Felício dos Santos interrompeu a publicação de sua folha, retomando-a em outro contexto. No ano de 1868 ocorreu uma alteração surpreendente de ministério, em plena Guerra do Paraguai, motivando crise interna à elite política. Os conservadores, vitoriosos naquele momento, assumiam o poder, celebrando o acontecimento na capital mineira com o jornal *Dezeseis de Julho*, numa alusão à mudança que destituiu o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Com efeito, a alteração política produziu uma onda de críticas ao regime, favorecendo a difusão das ideias republicanas e federalistas no Império.

A instabilidade estava evidente e, na província mineira, o deputado Joaquim Felício dos Santos retomava a publicação de *O Jequitinhonha*, despertado pelo “grito de angústia, que ecoou” no dia 16 de julho. No frontispício da edição de 31 de outubro de 1869, o escritor serrano já indicava os objetivos que assumiria a partir de então: “O Jequitinhonha professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propugnando pelas reformas constitucionaes radicais no sentido da DEMOCRACIA PURA” (JEQUITINHONHA (O), 31/10/1869, maiúsculas no original). Ressaltamos que, trinta anos após a Maioridade, a palavra “democracia” entusiasmava os membros de um “movimento intelectual” que “analisou e contestou o *status quo* monárquico”. A geração de 1870, de que fazia parte

Joaquim Felício dos Santos, carregava consigo os anseios por mudanças na vida política brasileira, evidenciado na imagem da imprensa como arena para expressão de “suas opiniões sem coerção do Estado ou constrangimento social direto” (ALONSO, 2002: 276). Imbuído desse espírito inovador, o autor serrano vaticinava: o Brasil do ano de 2000 será uma República!

## FEDERALISMO E REPÚBLICA NA “HISTÓRIA DO BRASIL ESCRITA NO ANO DE 2000”

Ao retomar as “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000”, Joaquim Felício dos Santos modifica a tônica de seu texto, apresentando uma visão do futuro na qual ainda comportava um tom crítico, mas adicionava um ingrediente fortemente especulativo (FERREIRA, 2017; RIBEIRO, 2012). A partir dessa suposta *História* vinda do futuro, o redator mineiro descreveu sua sociedade ideal: republicana, federalista e igualitária. No entanto, Joaquim Felício dos Santos, para esclarecer os leitores de *O Jequitinhonha*, explica como conseguiu visualizar uma história escrita nos tempos vindouros. Conforme o autor serrano, um médium repassou-lhe uma experiência com o monarca brasileiro. Segundo as informações mediúnicas, estava D. Pedro II em seu gabinete repleto de livros, quando pronunciou:

\_ Sim, serei D. Pedro o Grande, dizia mentalmente S. M., serei D. Pedro o Grande!... Meu nome passará à posteridade cingido de uma auréola resplendente de glórias – glórias literárias, glórias poéticas, glórias científicas, glórias marciais! Oh, fosse dado a um príncipe ler no futuro a história de seu reinado!( JEQUITINHONHA(O), 12/12/1869)

Logo em seguida, o Imperador adormeceu em sua poltrona, tal como a personagem de Mercier. Cabe ressaltar que o sono, como recurso literário que possibilita a passagem do sujeito a um tempo ulterior, aparece em outras obras, como as citadas *Notícias de Lugar Nenhum*, de Morris, e *Rip Van Winkle*, conto do norte-americano Washington Irving (1979: 230-246). O sono, ao mesmo tempo em que viabiliza a viagem temporal, representa a instabilidade a que está submetida toda a visão dos personagens, afinal, este poderá acordar e perceber, à maneira do protagonista de *2440*, que tudo não era nada mais que um sonho. Essa tensão entre sonho e realidade, que perpassa as obras de ficção utópicas, permite ao autor idealizar a sociedade do porvir ao passo em que tece uma crítica, por vezes explícita, ao seu próprio mundo. Porém, na perspectiva abordada neste artigo, sonhar nada tem a ver com devaneio ou ilusão. Pelo contrário, o sonho é o mote para se apresentar o que precisa ser transformado na sociedade.

Destarte, em meio ao imperial cochilo, D. Pedro II percebeu a presença de outra pessoa no recinto e indagou: “Quem és? Donde vieste? O que queres?”

A espectral figura respondeu:



O Dr. Tsherepanoff, humilíssimo servo de V. M., natural da Rússia; venho da França, percorri hoje nove mil e seiscentas e quarenta e cinco léguas... (...) Sou um médium, comunico-me diretamente com os espíritos. (...) V. M. desejava assistir o futuro do Brasil, ler na posteridade a história do seu reinado.

#### Após uma “hipnose espiritual”, o imperador abriu os olhos e viu o seguinte:

Dois rios caudais, confluindo no centro, dividiam a cidade em três partes; suas águas rolavam plácidas sulcadas em todos os sentidos por milhares de barcos a vapor. Soberbos edifícios, templos majestosos, cais, docas, vastas alfândegas, espaçosas oficinas, possantes máquinas, largas praças sombreadas de arvoredo, e sobretudo o extraordinário movimento comercial indicavam uma cidade rica, florescente. Mas não era o Rio de Janeiro. Atroavam os ares o sibilo das locomotivas, o ruído das fábricas, as vozes dos mercadores, os gritos dos animais, o barulho dos carros: era como a harmonia do trabalho, o *fervet opus* das grandes cidades laboriosas. As ruas, as praças se apinhavam de transeuntes, de trabalhadores, de mercadores que se empuxavam, se esbarravam, se acotovelavam. Ao longe, nos trilhos de ferro, apareciam e desapareciam as locomotivas, como os dragões da fábula vomitando espesso fumo (JEQUITINHONHA (O), 12/12/1869).

Eis, portanto, a descrição da cidade de Guaicuí, capital da visionária Confederação dos Estados Unidos do Brasil. Joaquim Felício dos Santos escreve no momento do triunfo da ideologia do progresso, marcado pela expansão da economia e da indústria ocidentais (LE GOFF, 2003: 260), e um dos principais instrumentos para a povoação e modernização do interior seria o caminho de ferro, concordando com Tavares Bastos: “todos os povos e governos, até os despóticos, sentem que estradas de ferro são os nervos das sociedades modernas” (BASTOS, 1937: 297).

Assim, a cidade tecnológica apresenta as comodidades das locomotivas e da indústria. De fato, uma das maiores representações do desenvolvimento material foi, sem dúvida, a máquina à vapor. A ferrovia simbolizava a modernidade e, com ela, o crescimento de capitais e de divisas para Estado e sociedade civil. Nesse sentido, Santos acreditava que o Brasil republicano seria entrelaçado pelos “trilhos de ferro” embalando cidades ricas e florescentes. Porém, ao defender o desenvolvimento dos meios de comunicação, Felício dos Santos não se resumia a especular sobre um futuro de estradas de ferro, mas apresentava uma crítica à limitação dessa estrutura no Brasil de 1870, pois “a utopia futurística tem um contato com o presente” (FERREIRA, 2017: 113). Para ele, assim como para outros defensores do federalismo, a falta de meios de comunicação entre as regiões do Brasil abria espaço para a opressão do voto e a ofensa à nação. Desse modo, a ferrovia, o correio e o telégrafo eram vistos como instrumentos de fiscalização contra arbitrariedades nos rincões do Império.

Ao passo em que apresenta o progresso advindo das ferrovias, Santos utiliza o artifício do “maravilhoso” para cativar seus leitores. Entretanto, esse maravilhoso é apresentado através do olhar do próprio monarca, que se encanta com as inovações e, ao mesmo tempo, sente a repulsa pelo sistema monárquico. Para tanto, o autor utiliza-se do

recurso da “viagem fantástica” que pode ser entendida, de acordo com Roberto de Sousa Causo, “como uma sucessão de eventos fantásticos ou maravilhosos, ocorridos dentro de uma progressão no tempo e no espaço, e testemunhada por personagens que tendem a se manter, de um evento a outro”. Assim, a experiência do imperador é distinta das outras narrativas de viagem pela noção de “evento fantástico” que, na concepção de Causo, inclui “a presença de um destinador supranatural e de uma transcendência do herói”. Com efeito, trata-se de uma experiência “maravilhosa”, marcada por um fato extraordinário – a viagem espiritual e sua surpreendente visão do futuro – capaz de produzir um estranhamento no leitor na medida em que “provoca o questionamento da concepção do real que é defrontada com o estranho” (CAUSO, 2003).

Portanto, o objetivo de Joaquim Felício dos Santos era acender a discussão acerca da política vigente em seu tempo, justificando o recurso ao “maravilhoso” de que é dotada sua narrativa. Além disso, esse estranhamento funciona como suporte para a comparação diante daquela ordem sócio-política constituída, indicando uma ligação entre o autor serrano e a matriz de pensamento utópico professada por Mercier e Morris. Tal como as obras literárias de tendência utópica anteriores ao século XIX, Santos mantém um tom descritivo dos possíveis mundos do porvir e, simultaneamente, satiriza a sociedade em que vive. Contudo, para que essa sátira se tornasse compreensível, era necessário que o escritor mantivesse uma postura crítica com relação à vida política de sua época, apontando as falhas e indicando os caminhos para o melhoramento da sociedade.

O caráter “fantástico” das “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000” nos permite inseri-las na lista dos textos de ficção especulativa. Entretanto, Roberto de Sousa Causo, autor de tese sobre a literatura especulativa no Brasil, esqueceu-se da obra de Joaquim Felício dos Santos. A ênfase da pesquisa de Causo recai sobre as obras publicadas no formato livro, em detrimento de uma das principais formas de divulgação dos textos ficcionais nos oitocentos: o romance-folhetim. Isto talvez justifique a ausência das “Páginas da História do Brasil”, pois não foram publicadas em livro, tendo permanecido como folhetim de *O Jequitinhonha*, o qual, aliás, é um periódico raro, provinciano e de tiragem reduzida. Essa lacuna também se justifica pela incompletude do texto de Joaquim Felício dos Santos, uma vez que as “Páginas” não foram terminadas, sucumbindo junto com o periódico que as abrigava.

Voltemos à visão do imperador. Além do vapor, Joaquim Felício dos Santos, que se tornaria posteriormente um dos fundadores da fábrica de fiação e tecidos do Biribiri, em 1877, identificava a eletricidade como símbolo dos novos tempos. A própria *História do Brasil*, cujo “trabalho monumental o Dr. Jeremias gastou dois meses e quatro dias na sua composição”, somente foi concluída “graças aos progressos da civilização, hoje são fáceis essas investigações! A eletricidade: - tal é a grande alavanca do século” (JEQUITINHONHA (O), 22/11/1862, grifo nosso).

A imaginação do pensador do Serro chegou a idealizar “paquetes aerostáticos”, como o *Montgolfier*, “que chega de Liverpool com 12 horas de viagem” (JEQUITINHONHA (O), 26/12/1869). Além disso, na utopia do redator serrano, a tecnologia interligaria os povos e Companhias Aéreas anunciariam a globalização pacífica, como a empresa de João Servius Pugirá (eleito Presidente do Brasil em 1996), que “em 1954 fundou a célebre Companhia de Paquetes Aéreos Circunterrâneos, a partir de Guaicuí, com escalas em Olinda, Madeira, Madrid, Roma, Constantinopla, Teerã, Calcutá, Manilha, Sandwich e Lima”. A “volta ao mundo” sonhada por Júlio Verne recebia tons de tolerância e paz no idealismo de Joaquim Felício dos Santos com o Brasil auxiliando as demais repúblicas, como a França, a Prússia e a Áustria. O Brasil abrigaria, inclusive, o *Congresso da Paz Mundial*, sediado na emblemática cidade da Concórdia, localizada na equatorial ilha de Marajó (SANTOS, 1957: 140).

Paz e concórdia pareciam distantes na América do Sul em meados do século XIX, como apontava o próprio Joaquim Felício dos Santos, que vociferava contra a política externa de D. Pedro II, acusado de “derribar um governo legalmente constituído” na república do Uruguai e promover o conflito com o Paraguai, então em seus estertores (REIS, 2003). O sonho de nações pacíficas e unidas ganhava sentido com a destruição e prejuízos provocados pela guerra evidente aos brasileiros. Porém, a ideia de uma futura concórdia universal, como resultado do progresso material, era partilhada pelos homens do século XIX, como o príncipe Alberto, que declarou viver “num período de transição perfeitamente maravilhoso, que está em via de atingir rapidamente esse grande objetivo para o qual tende toda a história: a unificação de toda a humanidade” (LE GOFF, 2003 : 261).

Na visão utópica de Felício dos Santos, os caminhos de ferro interligavam todas as localidades de uma “Confederação de cento e vinte e dois estados, regidos todos por constituições republicanas”. Dessa grandiosa malha viária, desponta a cidade de Sabará como “a estação terminal, ou antes, inicial, de um importante sistema de vias férreas onde vem entroncar-se a antiga Estrada de Ferro *de Pedro II* que tomara o nome de Estrada *da Federação*” (SANTOS, 1957: 142)<sup>7</sup>. Aqui a mudança na denominação indica uma alteração política. A ferrovia não seria mais um agente da centralização, mas um elemento de unidade federal. Nesta passagem, Joaquim Felício dos Santos vislumbra, em meio a máquinas e edifícios, o federalismo. Evidentemente, os clássicos dessa linha de pensamento – Jefferson, Hamilton, Madison, Jay e Tocqueville – tornaram-se fonte inesgotável para o debate em torno da federação.

Para os partidários da federalização, o centralismo unitarista imperial sufocava e negava qualquer empreendimento particular, pois na monarquia “não se calculavam as vantagens, os prodígios da iniciativa individual, e convinha entreter essa tutela perniciosa” (SANTOS, 1957: 157).<sup>8</sup> Neste sentido, as “Páginas” escritas no ano 2000 mostram um

<sup>7</sup> Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 10/07/1870. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

<sup>8</sup> Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 19/03/1871. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

“passado” da região do Rio das Velhas na época do imperador: “terrenos quase inabitados ou de uma população rara, esparsa, de gente pela maior parte clorótica, ictiófaga, pobre, miserável”. Com o advento das vias de comunicação, no idealizado ano 2000, os “terrenos são aproveitados, cultivados por uma numerosa população ativa, empreendedora” (SANTOS, 1957: 141)<sup>9</sup>. Desta forma, o “caminho de ferro” era tomado como um poderoso agente de produção, catalizador de empreendimentos e riquezas para as localidades no interior brasileiro: “as estradas de ferro são os nervos das sociedades modernas” (BASTOS, 1937: 297).

Para os partidários da federação, o centralismo político-administrativo contribuía para a animosidade dos povos submetidos, levando à eclosão de revoltas. Nesse sentido, comentava o escritor serrano, contra a centralização do governo imperial, “os ingratos brasileiros tiveram a ousadia de um dia sublevarem-se e dispensarem a dinastia de V. M., adotando a forma de governo republicano...” (JEQUITINHONHA (O), 12/12/1869) Com a dissolução do Império, os símbolos de D. Pedro II seriam destruídos:

Hoje Petrópolis é um deserto, uma velha tapera abandonada, coberta por espessa mata, ostentando o luxo, o vício, a força vegetativa de nossa natureza tropical com meia dúzia apenas de miseráveis casebres habitados por algumas dezenas de gente pobre que vive da caça e de uma pequena indústria, a extração de salitre (SANTOS, 1957: 144).<sup>10</sup>

Joaquim Felício dos Santos pretendia executar um trabalho de soterramento da memória monárquica em nome do ideal republicano. Petrópolis, a cidade de Pedro, tornar-se-ia um deserto e os ícones da monarquia não mais existiriam. Memória e esquecimento conjugam-se nessa passagem, afinal uma não existe sem a outra, numa luta ideológica de exaltação e depreciação. Verdadeiro abuso cometido pelo autor que, como nos ensina Paul Ricœur, resulta de “uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores de poder” (RICŒUR, 2007: 93). Nesse embate ficcional, o monarca seria humilhado, resignando-se a ver o triunfo de seus opositores republicanos. Dessa forma, o texto do redator de *O Jequitinhonha* adquiria um caráter radical, assumindo a postura de inconformação e revolta das utopias. De acordo com Oswald de Andrade, “no fundo de cada Utopia não há somente sonho, há também um protesto”. Assim, a obra de Joaquim Felício dos Santos tornou-se subversiva, pois tinha “o anseio de romper a ordem vigente” (ANDRADE, s.d.: 204).

O modelo das formulações políticas de Joaquim Felício dos Santos, assim como para outros pensadores brasileiros daquele tempo, eram os Estados Unidos da América. Neste sentido, os fundamentos da Constituição da República Brasileira imaginada nas “Páginas” da história escrita em 2000 teriam “por modelo a Constituição federal dos norte-americanos, adotada em 1787, depois de sua emancipação” (SANTOS, 1957: 136).<sup>11</sup>

9 Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 10/07/1870. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

10 Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 24/07/1870. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

11 Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 02/01/1870. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

Ademais, vários partidários do federalismo no Brasil realizaram leituras dos *federalistas*, convergindo para a tradição jeffersoniana, desenvolvida posteriormente por Alexis de Tocqueville, que enfatiza o *self-government*. Assim, a descentralização era entendida, principalmente, como condição para a autonomia provincial. Por meio deste entendimento, as instituições locais seriam o “foco da liberdade”. Esta formulação concorda, portanto, com a afirmativa de Tocqueville de que “é, entretanto, na comuna que reside a força dos povos livres. As instituições municipais estão para a liberdade como as escolas primárias estão para a ciência: põem-na ao alcance do povo” (TOCQUEVILLE, 1973: 202).

Os republicanos brasileiros vislumbravam o exemplo estadunidense. Entretanto, conforme José Murilo de Carvalho, não notaram que o *self-government* norte-americano era a consequência do espírito de liberdade de que falava Tocqueville. Desejavam, pois, que os fins de auto-governo ocasionassem a liberdade e igualdade encontrados na sociedade de Nova Inglaterra. Como conclui Carvalho, “acreditou-se que o efeito geraria a causa” (CARVALHO, 1998: 181).

A liberdade, enquanto expressão do poder local, somente pode se manifestar pela ação dos indivíduos no compromisso de exercitá-la continuamente por intermédio do “livre gozo e exercício dos direitos políticos”. Deste modo, a conservação da liberdade encontra paralelo na “participação do povo em todos os ramos do governo” proposta por Thomas Jefferson. Acreditando nisso, Joaquim Felício dos Santos enfatizava as liberdades civis, quais sejam a livre atuação do trabalho, o não impedimento e a livre comunicação dos indivíduos:

Hoje, por exemplo, a educação está entregue a empresas particulares, e regula-se pelos mesmos princípios de todas as mais empresas. Qualquer pessoa, que se julgar habilitada pode, sem impetrar a ociosa autorização do Governo, fundar escolas, academias, universidades; é completamente livre o ensino de todos os ramos dos conhecimentos humanos, em todos os seus graus e diversidades (SANTOS, 1957: 157, grifos nossos).<sup>12</sup>

O excerto acima relaciona-se, claramente, à ideia de liberdade negativa ou liberdade dos modernos. De acordo com Benjamin Constant, a liberdade moderna é a liberdade civil, ou individual, no sentido da “fruição pacífica da independência privada” (CONSTANT, 1985: 15). O Estado, nessa acepção, obrigava-se a assegurar as “fruições privadas”. Assim, a sociedade civil estaria livre para o usufruto de suas capacidades de enriquecimento.

Além disso, a sociedade republicana ideal valoriza a igualdade. Por isso, naquele Brasil do ano de 2000 eram repudiadas “as genuflexões, os beija-mãos, os tratamentos, as velhas usanças dos tempos da passada monarquia”. Nos novos tempos, “não há mais senhorias, excelências, altezas ou majestades: todos se tratam por tu”. Ao enfatizar a igualdade política, aquele “historiador do futuro” registra que

---

<sup>12</sup> Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 19/03/1871. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

A república nivelou as classes, aboliu a aristocracia, os privilégios, as isenções, a nobreza, a fidalguia; os barões, condes, viscondes, marqueses, duques, todos os títulos e honras de outros tempos são antiqualhas, palavras que não mais se conhecem. Liberdade, igualdade e fraternidade, é a base da constituição moderna (JEQUITINHONHA (O), 19/12/1869).

O trecho acima nos remete ao mito da revolução, que evocava a geração de 1831 e o espírito incendiário de 1848. Além disso, ao aproximar-se da vertente jacobina, propondo uma sociedade igualitária – “A república nivelou as classes, aboliu a aristocracia” – apontava para uma ideia de socialismo, mesmo que num “amálgama indeciso entre progressismo liberal, socialismo utópico e cientismo” (LEONIDIO, 2007).

No Brasil republicano daquele sonhado ano 2000, o que distingue o cidadão “são as qualidades pessoais, a virtude, a ilustração, o patriotismo, a dedicação, a filantropia, os serviços prestados ao país ou à humanidade. A opinião pública o vai procurar na sua obscuridade, o exalta e faz conhecido, respeitado de seus concidadãos” (JEQUITINHONHA (O), 19/12/1869). Essa igualdade e valorização das virtudes assumem um caráter radical ao apresentar a biografia do imaginário Presidente da República:

João Servius Pugirá é um cabra amestiçado, de estatura alta, corpulento, olhos negros, vivos, expressivos, lábios grossos, nariz carnudo, cabelos pretos, bastante ondulados, já pintado de branco, dentes alvos, pontiagudos, fronte larga, inteligente, sobrancelhas bastas. Conta já seus 63 anos de idade, mas mostra-se ainda robusto e bem conservado que ninguém lhe dará 50. Já pelo nome se poderá conhecer alguma coisa de sua origem. É natural de Curitiba, capital do Estado do Paraná, nasceu no ano de 1937, filho de uma índia da tribo dos guaranis, casada com um crioulo cujos antepassados foram escravos da fazenda do...

Neste momento, o autor interrompe bruscamente a biografia do impensado presidente e toca na grave ferida social brasileira:

- Basta, isso já é demais...

Parece-nos ter ouvido estas palavras do leitor, interrompendo-nos, nas pontas dos pés, todo horripilado, todo indignação, prestes a inundar-nos com uma corrente de impropérios, a rasgar-nos na face estas verídicas páginas. “Como! Figurais um indivíduo de tão baixa origem presidente de uma república de 142 milhões de habitantes!

Um descendente de índios e negros! Aqui, a ficção de Joaquim Felício dos Santos assume uma densidade utópica capaz de provocar o leitor, cuja radicalidade ressoa, inclusive, nos dias atuais. A origem humilde do Presidente da República não impediu sua ascensão política. Além disso, ao eleger-se “Presidente da Confederação Brasileira com cinquenta e seis milhões de votos” (SANTOS, 1957: 139-140, grifos nossos)<sup>13</sup>, o simbólico Pugirá apresenta-nos um indício democrático: a participação de grande número de pessoas na vida política.

---

13 Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 09/01/1870. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital.

A participação da maioria era abominada pela elite política do Império. Acerca desse tema espinhoso, vários homens de letras do século XIX indagaram: Estaria a população brasileira preparada para uma nova realidade política?

Pensadores conservadores e liberais deixavam evidente a idéia de “inaptidão” do próprio povo para a prática e manutenção do regime constitucional. Mesmo autores republicanos, como Teófilo Otoni, concordavam com tais concepções, pois, acreditava-se que “trezentos annos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade” (OTONI, 1916: 71). Com efeito, para a elite política do Império, o povo era tido como um ser incapaz. Diz-nos o Visconde do Uruguay, ao analisar a “Descentralização que se seguiu entre nós ao 7 de Abril [de 1831]”, que o Brasil “não estava preparado pela educação e hábitos para o regimen pratico constitucional” (URUGUAY, 1862, t. II: 200). Assim, embora houvesse homens que se apegavam à crença de que boas leis “elevam a qualidade moral do sistema” (MORSE, 1988: 91), havia outros, pessimistas, que enxergavam empecilhos na própria população, vista como uma entidade inábil e ignorante, características evocadas inclusive nos dias de hoje.

Porém, a ficção de Joaquim Felício dos Santos aponta para outro caminho: “O povo nunca foi interdito, nunca precisou de tutores” (SANTOS, 1957: 157).<sup>14</sup> Neste ponto, as “Páginas” indicam um dos fins da utopia: o direito de participar da vida política. Na projetada Confederação Brasileira, o direito ao voto seria amplo. Além do mais, os eleitores seriam vistos como conscientes de seu papel na manutenção do regime político, lutando para conservá-lo a todo custo. Pode-se inferir dessa passagem que o que embargaria o desenvolvimento social não seria a inépcia do povo, pois “nunca precisou de tutores”, mas a inadequação das instituições e das leis. Assim, Joaquim Felício dos Santos insere-se no grupo daqueles pensadores que pugnavam pela mudança no aparato institucional como fundamento para a melhoria da sociedade (JASMIN, 2008: 25-51), daí seu empenho em melhorar o ordenamento jurídico, elaborando proposta para o Código Civil do Império. Anos mais tarde, já sob o regime republicano, apresentou um projeto de regulamento para a lei eleitoral, rejeitado pelo novo governo por ser “muito bom demais” (EULÁLIO, 1957: 108).

### **Nada mais que um sonho...**

Como exemplo de “ficção política”, as “Páginas da História do Brasil escrita no ano 2000” foram capazes de produzir uma provocação, ultrapassando a dimensão imaginária ao registrar um protesto contra a ordem social vigente. Ao criar uma História do porvir, Joaquim Felício dos Santos apresentou os problemas de sua época, criticando as características excludentes da sociedade brasileira, embasada nos privilégios, no patrimonialismo e na escravidão. Contudo, o protesto maior recaía sobre a imagem do Imperador, responsabilizado pelo trágico prolongamento da Guerra do Paraguai, pelas

---

<sup>14</sup> Excerto da edição de *O Jequitinhonha* de 19/03/1871. Não foi encontrado exemplar na Hemeroteca Digital

mazelas de um parlamentarismo fraudulento e pela continuidade da estrutura escravista que fundamentava as relações pessoais. O ataque frontal à figura do monarca marcou aquelas “Páginas”, contribuindo para acentuar a ambigüidade que assinalava a política de D. Pedro II: simultaneamente ícone de uma “democracia coroada” e manipulador de um “teatro de sombras” (CARVALHO, 2003).<sup>15</sup>

Embora oriundo de uma sociedade marcada pelas relações patriarcais e escravistas no mundo privado e pelo patrimonialismo na esfera estatal, traços evocados nas *Memórias do Distrito Diamantino*, Joaquim Felício dos Santos concebeu prognósticos que se inserem no processo de mudança da situação de onde eles mesmos surgiram (KOSELLECK, 2006: 305-327). Ao almejar a transformação da realidade brasileira, o escritor serrano acabou por integrar uma geração que contestava o *status quo* imperial, entrevendo um porvir distinto que, para muitos, era inconcebível a curto prazo (ALONSO, 2002: 276). Deste modo, as “Páginas da História do Brasil escrita no ano 2000” contribuíram para o ocaso do Império ao dessacralizar a figura de D. Pedro II, contrapondo a monarquia a um aspirado governo republicano e democrático pretensamente capaz de promover uma sociedade mais justa conforme as expectativas do autor.

Ressalto que as esperanças nutridas por Joaquim Felício dos Santos permaneceram, e ainda permanecem, pois vários dos problemas por ele abordados são recorrentes na história republicana brasileira, como a desigualdade política e a injustiça social. Portanto, mais do que uma obra de ficção, as “Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000” representam a abertura do horizonte de expectativa de um grupo que vislumbrava um futuro diverso. Horizonte marcado pelo utopismo, afinal, a ideia de viver numa sociedade melhor, mais justa, é um objetivo utópico fundamental (JACOBY, 2007).

Diferente de autores como Louis-Sebastien Mercier e Willian Morris, Joaquim Felício dos Santos conseguiu ver parte de sua utopia realizada em 1889. Tornou-se senador nos anos iniciais do período republicano, mas não permaneceu no Parlamento. Pouco depois, percebia que o novo regime que ajudou a instalar acabou por fortalecer as desigualdades e o poder oligárquico, assentando-se sobre uma participação eleitoral limitada, que excluía o envolvimento popular (CARVALHO, 1987). O desencanto com a vida política e o cansaço com os trabalhos legislativos levou-o ao isolamento no vilarejo do Biribiri (Diamantina, MG), onde morreu pensando, talvez, que tudo não passou de um sonho...

---

15 Também sobre as ambigüidades da política de D. Pedro II, ver: SCWARCZ, 1998: 324.



## FONTES

BRASIL (O). Rio de Janeiro, 02/07/1843. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709565/1482> Acesso em 03/07/2024.

FOLHINHA da Mocidade para o Anno de 1849. Rio de Janeiro: Henrique e Eduardo Laemmert, 1848.

JEQUITINHONHA (O). Diamantina (1860-1872). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/jequitinhonha/233870> Acesso em 03/07/2024.

OTONI, Teófilo Benedito. *Circulares aos eleitores de senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976.

UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 29/06/1831. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706930/3984> Acesso em: 03/07/2024.

URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, t. II, p. 200.

VIEYRA, Antonio, padre. *História do Futuro*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

## REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. “Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajelórias do Romance*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 329-350.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Oswald de. A marcha das Utopias. In: *A Utopia Antropofágica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, s.d..

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província*. 2. ed. (primeira edição de 1870). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAUSO, Roberto de Sousa. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil. 1875-1950*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Filosofia Política*. Porto Alegre, n. 2, 1985.

EULÁLIO, Alexandre. "Prefácio" In: *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1976.

EULÁLIO, Alexandre. Páginas do ano de 2000. *Revista do Livro*, p. 108.

FERREIRA, Raína de Castro. *Utopia e prognóstico na História do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos*. Mariana: UFOP, 2017 (Dissertação, Mestrado em História).

IRVING, Washington. Rip Van Winkle. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; RÓNAI, Paulo. *Mar de Histórias*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 230-246.

JACOBY, Russel. *Imagem Imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus. Utopia: memória, palavra, conceito. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; LIMA, Marcela Telles Elian de. (Org.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, p. 25-51.

KONDER, Leandro e LÖWY, Michael. Introdução. In: *Notícias de Lugar Nenhum: ou uma época de tranqüilidade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002, p. 17.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, 260.

LEONIDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14(3), 921-946. Set. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300013>.

MANDUCO, Alessandro. História e Quinto Império em Antonio Vieira. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 246-260.

MERCIER, Louis-Sebastien. *L'an deux mille quatre cent quarante, rêvez s'il en fût jamais*. In: DARNTON, Robert. Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 317-351.

MOREIRA, Luciano da Silva. Imprensa periódica e vida política. In: RESENDE, Maria Efigênia Lages de; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas, 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 72

MORRIS, William. *Notícias de Lugar Nenhum, ou uma época de tranqüilidade*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 91.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 23-50.

REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal O Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai*. 2. ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.

RIBEIRO, Ana Cláudia Romano. Arqueologia da ficção científica brasileira: As viagens imaginárias de Joaquim Felício dos Santos. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 32, n. 2, p. 211–228, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635883> Acesso em: 04/07/2024.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Joaquim Felício dos. "Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000" *Revista do Livro*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, n. 6, p. 109-160, Ano II, 1957.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.